

CE	Única	2308807	Moraújo	749
CE	Única	2309300	Nova Russas	1510
CE	Única	2309409	Novo Oriente	3371
CE	Única	2309508	Orós	1236
CE	Única	2309904	Pacujá	559
CE	Única	2310209	Paracuru	802
CE	Única	2310258	Paraipaba	229
CE	Única	2310308	Parambu	2615
CE	Única	2310506	Pedra Branca	3730
CE	Única	2310605	Penaforte	665
CE	Única	2310704	Pentecoste	1938
CE	Única	2310852	Pindoretama	123
CE	Única	2310902	Piquet Carneiro	2637
CE	Única	2311009	Poranga	905
CE	Única	2311207	Potengi	766
CE	Única	2311264	Quiterianópolis	3167
CE	Única	2311355	Quixelô	2340
CE	Única	2311405	Quixeramobim	6798
CE	Única	2311702	Reriutaba	1354
CE	Única	2311801	Russas	2316
CE	Única	2312205	Santa Quitéria	4789
CE	Única	2312007	Santana do Acaraú	3649
CE	Única	2312304	São Benedito	1344
CE	Única	2312403	São Gonçalo do Amarante	1094
CE	Única	2312502	São João do Jaguaribe	554
CE	Única	2312809	Senador Sá	516
CE	Única	2313104	Tabuleiro do Norte	1916
CE	Única	2313559	Tururu	933
CE	Única	2313955	Varjota	420
CE	Única	2314003	Várzea Alegre	3610
MA	R2	2106755	Miranda do Norte	223
MA	R2	2112100	Timbiras	74
MA	R2	2112209	Timon	322
MG	Única	3124302	Espinosa	2418
MG	Única	3130655	Indaialbira	408
MG	Única	3135100	Janaúba	716
MG	Única	3139250	Mamonas	534
MG	Única	3142908	Monte Azul	2209
MG	Única	3170651	Vargem Grande do Rio Pardo	483
MG	Única	3171030	Verdelândia	251
PB	R1	2505600	Diamante	542
PB	R1	2505907	Emas	168
PB	R2	2507705	Juazeirinho	969
PB	R1	2507804	Junco do Seridó	395
PB	R1	2508109	Lagoa	339
PB	R1	2509701	Monteiro	1757
PB	R1	2510907	Paulista	217
PB	R1	2511301	Piancó	595
PB	R1	2512200	Prata	320
PB	R1	2500700	São João do Rio do Peixe	1356
PB	R2	2516102	Soledade	679
PB	R1	2516201	Sousa	1593
PB	R1	2516300	Sumé	905
PB	R1	2516508	Taperoá	1344
PB	R2	2516755	Tenório	230
PB	R1	2505501	Vista Serrana	112
PE	R1	2600203	Afrânio	2693
PE	R1	2601102	Arapirina	5664
PE	R1	2601607	Belém de São Francisco	1109
PE	R1	2602001	Bodocó	3385
PE	R1	2603009	Cabrobó	1438
PE	R1	2605103	Custódia	1434
PE	R1	2605301	Exu	4440
PE	R1	2605608	Flores	1287
PE	R1	2605707	Floresta	2365
PE	R1	2606606	Ibimirim	1645
PE	R1	2606903	Iguaraci	1102
PE	R1	2607307	Ipupi	2803
PE	R1	2607406	Itacuruba	624
PE	R1	2607703	Itapetim	1799
PE	R1	2608750	Lagoa Grande	1549
PE	R1	2609303	Mirandiba	2492
PE	R1	2614303	Moreilândia	2778
PE	R1	2609808	Orocó	524
PE	R1	2609907	Ouricuri	7640
PE	R1	2610400	Parnamirim	1524
PE	R1	2611002	Petrolândia	562
PE	R1	2612208	Salgueiro	1435
PE	R1	2612455	Santa Cruz	3091
PE	R1	2612554	Santa Filomena	3174
PE	R1	2612604	Santa Maria da Boa Vista	1534
PE	R1	2612802	Santa Terezinha	695
PE	R1	2613602	São José do Egito	1984
PE	R1	2614006	Serrita	1695
PE	R1	2614105	Sertânia	3075
PE	R1	2614402	Solidão	623
PE	R1	2614600	Tabira	1640
PE	R1	2614808	Tacaratu	1513
PE	R1	2615706	Triunfo	899
PE	R1	2615904	Tuparetama	519
PI	Única	2200053	Acauã	1087
PI	Única	2200202	Agua Branca	85
PI	Única	2200251	Alagoinha do Piauí	780
PI	Única	2200277	Alegrete do Piauí	316
PI	Única	2200301	Alto Longá	1983
PI	Única	2200400	Altos	256
PI	Única	2200459	Alvorada do Gurguéia	233
PI	Única	2200707	Anísio de Abreu	852
PI	Única	2200905	Araozes	685
PI	Única	2201051	Assunção do Piauí	551
PI	Única	2201101	Avelino Lopes	228
PI	Única	2201556	Bela Vista do Piauí	522
PI	Única	2201572	Belém do Piauí	441
PI	Única	2201606	Benedictinos	590
PI	Única	2201739	Betânia do Piauí	1452
PI	Única	2201903	Bom Jesus	310
PI	Única	2201929	Bonfim do Piauí	1149
PI	Única	2201988	Brejo do Piauí	644

PI	Única	2202026	Burití dos Montes	1382
PI	Única	2202075	Cajazeiras do Piauí	433
PI	Única	2202091	Caldeirão Grande do Piauí	475
PI	Única	2202109	Campinas do Piauí	695
PI	Única	2202117	Campo Alegre do Fidalgo	664
PI	Única	2202208	Campo Maior	454
PI	Única	2202251	Canavieira	171
PI	Única	2202455	Capitão Gervásio Oliveira	852
PI	Única	2202554	Caridade do Piauí	705
PI	Única	2202604	Castelo do Piauí	1729
PI	Única	2202711	Cocal de Telha	168
PI	Única	2202752	Colônia do Gurguéia	250
PI	Única	2202802	Conceição do Canindé	574
PI	Única	2202851	Coronel José Dias	817
PI	Única	2203008	Cristalândia do Piauí	92
PI	Única	2203206	Curimatá	684
PI	Única	2203230	Currais	451
PI	Única	2203271	Curral Novo do Piauí	804
PI	Única	2203404	Dom Expedito Lopes	546
PI	Única	2203453	Dom Inocêncio	1403
PI	Única	2203859	Floresta do Piauí	439
PI	Única	2204006	Francinópolis	189
PI	Única	2204105	Francisco Ayres	487
PI	Única	2204154	Francisco Macedo	403
PI	Única	2204303	Fronteiras	1367
PI	Única	2204709	Inhuma	976
PI	Única	2204808	Ipiranga do Piauí	1029
PI	Única	2204907	Isaías Coelho	1127
PI	Única	2205003	Itainópolis	1205
PI	Única	2205151	Jacobina do Piauí	553
PI	Única	2205201	Jaicós	1618
PI	Única	2205359	João Costa	344
PI	Única	2205409	Joaquim Pires	158
PI	Única	2205532	Jurema	827
PI	Única	2205565	Lagoa do Barro do Piauí	886
PI	Única	2205581	Lagoa do Piauí	116
PI	Única	2205599	Lagoa do Sítio	828
PI	Única	2206050	Massapê do Piauí	1001
PI	Única	2206506	Monseñhor Hipólito	1103
PI	Única	2206670	Morro do Chapeu do Piauí	132
PI	Única	2206704	Nazaré do Piauí	340
PI	Única	2206951	Novo Santo Antonio	526
PI	Única	2207009	Oeiras	2407
PI	Única	2207207	Padre Marcos	588
PI	Única	2207355	Pajeú do Piauí	413
PI	Única	2207553	Paquetá	588
PI	Única	2207777	Patos do Piauí	525
PI	Única	2207793	Pau D'Arco do Piauí	300
PI	Única	2207801	Paulistana	2409
PI	Única	2207850	Pavussu	296
PI	Única	2207900	Pedro II	1125
PI	Única	2207934	Pedro Laurentino	337
PI	Única	2208007	Picos	2009
PI	Única	2208106	Pimenteiras	1661
PI	Única	2208205	Pio IX	2531
PI	Única	2208650	Queimada Nova	1213
PI	Única	2209005	Rio Grande do Piauí	341
PI	Única	2209104	Santa Cruz do Piauí	501
PI	Única	2209377	Santa Rosa do Piauí	632
PI	Única	2209351	Santana do Piauí	574
PI	Única	2209401	Santo Antonio de Lisboa	691
PI	Única	2209500	Santo Inácio do Piauí	177
PI	Única	2209559	São Braz do Piauí	664
PI	Única	2209609	São Félix do Piauí	164
PI	Única	2209658	São Francisco de Assis do Piauí	751
PI	Única	2209856	São João da Canabrava	486
PI	Única	2209906	São João da Serra	344
PI	Única	2209955	São João da Varjota	686
PI	Única	2210003	São João do Piauí	1944
PI	Única	2210052	São José do Divino	418
PI	Única	2210102	São José do Peixe	794
PI	Única	2210201	São José do Piauí	640
PI	Única	2210359	São Lourenço do Piauí	880
PI	Única	2210375	São Luis do Piauí	379
PI	Única	2210391	São Miguel do Fidalgo	329
PI	Única	2210607	São Raimundo Nonato	2668
PI	Única	2210706	Simões	1069
PI	Única	2210805	Simplicio Mendes	1038
PI	Única	2210904	Socorro do Piauí	414
PI	Única	2210979	Tanque do Piauí	337
PI	Única	2211308	Valença do Piauí	1168
PI	Única	2211357	Várzea Branca	827
PI	Única	2211506	Vera Mendes	522
PI	Única	2211605	Vila Nova do Piauí	633
PI	Única	2211704	Wall Ferraz	393

Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

GABINETE DA MINISTRA

PORTARIA Nº 99, DE 20 DE SETEMBRO DE 2013

Estabelece regras e procedimentos para o credenciamento de entidades sem fins lucrativos no âmbito do Programa Cisternas.

A MINISTRA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, parágrafo único, II, da Constituição Federal, e tendo em vista o disposto nos arts. 2º e 3º do Decreto nº 8.038 de 04 de julho de 2013, resolve:

Art. 1º O credenciamento de entidades privadas sem fins lucrativos no âmbito do Programa Cisternas é condição para a contratação pelos parceiros e será realizado de forma contínua, de acordo com o disposto nesta Portaria.

Art. 2º Para serem credenciadas no âmbito do Programa Cisternas, as entidades privadas sem fins lucrativos deverão comprovar o atendimento dos seguintes requisitos:

I - estar legalmente constituída há mais de três anos;
II - constar em objeto social a promoção de ações relacionadas ao desenvolvimento rural e/ou segurança alimentar; como,

por exemplo, assistência ou assessoria técnica e educacional a agricultores, promoção do associativismo, promoção de canais de comercialização para agricultura familiar, apoio à organização socioeconômica das famílias, apoio a formação de arranjos produtivos locais, a implantação de tecnologias sociais de acesso à água ou de fomento e/ou estruturação produtiva, extensão rural, estudos e pesquisas no âmbito da agricultura e criação de animais, ações de recuperação e proteção ambiental, combate à desertificação, promoção da convivência sustentável com o bioma, dentre outras.

III - possuir área de atuação com abrangência definida;

IV - possuir experiência comprovada na execução de projetos que visem ao desenvolvimento rural e/ou segurança alimentar, de no mínimo dois anos;

V - não estar incluída no Cadastro de Entidades Privadas sem Fins Lucrativos Impedidas (Cepim) ou no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis); e

VI - apresentar atestado de capacidade técnica emitido por conselho de políticas públicas.

Parágrafo único. As entidades que comprovarem experiência de que trata o inciso IV do caput, na forma do § 3º do art. 3º, por meio da implantação de tecnologias sociais de acesso à água, financiadas com recursos do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome - MDS, ficam dispensadas de cumprir o requisito mencionado no inciso VI do caput deste artigo.

Art. 3º A comprovação dos requisitos de que trata o art. 2º será realizada a partir da apresentação dos seguintes documentos:

I - ofício de solicitação de credenciamento assinado pelo representante legal da entidade, conforme modelo do Anexo I;

II - estatuto social ou correspondente registrado em cartório e respectivas alterações;

III - comprovante do Cadastro Nacional de Pessoas Jurídica;

IV - cópia do comprovante de endereço da sede da entidade e de seus escritórios regionais, se for o caso; e

V - formulário de informações, conforme Anexo II desta Portaria, acompanhado dos documentos comprobatórios das experiências citadas.

§ 1º O credenciamento será realizado por sistema informatizado, disponibilizado pelo MDS.

§ 2º Na indisponibilidade do sistema de que trata o § 1º, todos os documentos deverão ser enviados pelo correio, com aviso de recebimento, para a Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - SESAN, cujo endereço consta do sítio do MDS na internet.

§ 3º Serão aceitos como comprovante de experiência de que trata o inciso IV do art. 2º cópias de contratos, convênios ou congêneres com parceiros públicos ou privados que indiquem o objeto, prazo de vigência, metas e recursos envolvidos, acompanhadas de declaração do contratante ou parceiro de que o respectivo objeto foi executado de forma satisfatória.

§ 4º O resultado do credenciamento será publicado no sítio do MDS na internet.

§ 5º O credenciamento será realizado por comissão permanente responsável por conduzir o processo de análise dos documentos de que trata o caput, designada pela SESAN.

Art. 4º O credenciamento terá vigência de cinco anos, podendo ser renovado, nos moldes do credenciamento inicial, por solicitação da entidade, dentro dos noventa dias que antecedem a expiração da validade do credenciamento em vigor.

§ 1º A entidade credenciada será responsável pela atualização de seu cadastro, sempre que necessário, durante a vigência do credenciamento.

§ 2º Findo o prazo estipulado no caput, a entidade perderá sua condição de credenciada, podendo, a qualquer tempo, solicitar novo credenciamento.

Art. 5º A entidade credenciada poderá ser descredenciada nos seguintes casos:

I - quando a entidade concorrer em chamada pública no âmbito do Programa Cisternas com dados cadastrais desatualizados, especialmente quanto à mudança de sede ou área de abrangência indicada no seu estatuto social;

II - quando constatada má-fé, dolo, falsidade ideológica ou outras tentativas de fraude, na execução dos contratos celebrados no âmbito do Programa Cisternas; ou

III - por solicitação do parceiro, quando houver descumprimento de cronograma e condições contratuais não justificadas pelo contratado.

§ 1º Para o descredenciamento de que tratam os incisos II e III, deverá ser demonstrado que se garantiu à entidade o direito à ampla defesa e ao contraditório e que não houve o saneamento das pendências contratuais no prazo concedido, conforme o caso.

§ 2º A entidade descredenciada na forma dos incisos I e III poderá realizar nova solicitação de credenciamento à SESAN após o período de doze meses.

§ 3º A entidade descredenciada na forma no inciso II poderá realizar nova solicitação de credenciamento à SESAN após o período de sessenta meses, desde que comprove ter reparado o dano causado.

§ 4º O descredenciamento realizado pela SESAN deverá ser divulgado no sítio oficial do MDS.

Art. 6º O credenciamento poderá não ser renovado nos seguintes casos:

I - quando for aplicada sanção contratual a entidade em mais de cinquenta por cento dos contratos firmados;

II - quando a entidade estiver em situação de inadimplência contratual no âmbito do Programa Cisternas; ou

III - quando a entidade não mantiver os requisitos para o credenciamento.

§ 1º A entidade impedida de renovar o credenciamento nos termos do inciso I do caput poderá realizar nova solicitação de credenciamento à SESAN após o período de doze meses.